

Scotiabank
Brasil S.A.
Banco
Múltiplo

Demonstrações financeiras consolidadas
em IFRS 31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações consolidadas dos resultados	11
Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes	12
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	15

Relatório da Administração

Apresentação

Em atendimento à Resolução nº 4.818/2020, emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Scotiabank Brasil (“Consolidado”), composto pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) e por sua subsidiária integral Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), traduzidos para língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Desempenho do exercício

O Consolidado encerrou o exercício de 2025 com um lucro líquido de R\$ 461.820 mil, contra um lucro líquido de R\$ 319.623 mil apresentado no exercício de 2024.

O Consolidado adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados do Conglomerado Scotiabank Brasil (“Conglomerado”), formado pelo Banco, líder do Conglomerado e pela Corretora. O Conglomerado apresentou índice de Basileia de 30,34% (51,65% em 2024) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 722.520 mil (R\$ 399.489 mil em 2024).

Gestão de risco

O Conglomerado possui área de risco independente das áreas de negócios, para gerenciamento e monitoramento dos riscos relacionados às atividades desempenhadas.

As estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado, risco socioambiental e gerenciamento de capital do Conglomerado, bem como as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no endereço https://www.br.scotiabank.com/Regulamentos_e_Politicas.html.

Governança corporativa – Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras consolidadas, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Outras informações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve distribuição de dividendos no valor total de R\$ 737.398 mil (R\$ 309.620 mil em 2024) e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 170.000 mil (R\$ 198.525 mil em 2024), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 170.000 mil (R\$ 198.525 mil em 2024), integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas do

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros

Ver notas explicativas 3e e 5 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas 3e e 5, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>O cálculo do valor justo da carteira de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros.</p> <p>Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros e do resultado por eles gerados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <p>Avaliação do desenho e implementação, dos controles internos chaves do Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros;</p> <p>Recálculo, quando aplicável com base em amostragem, do valor justo dos instrumentos financeiros, utilizando informações observáveis no mercado, tais como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado, contando, quando necessário, com o suporte técnico de especialistas em instrumentos financeiros;</p> <p>Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideramos informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

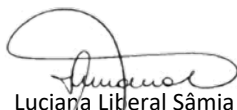
Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.120.071	3.448.589
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.365.165	478.062
Títulos e valores mobiliários	5a	72.189	61.936
Instrumentos financeiros derivativos	5b	1.292.976	416.126
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.382.321	2.312.361
Títulos e valores mobiliários	6a	2.382.321	2.312.361
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		9.102.970	7.134.834
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7a	4.862.283	5.626.524
Títulos e valores mobiliários	7b	2.158.619	-
Empréstimos a clientes	7c	1.920.682	1.383.897
Outros ativos financeiros	10a	161.386	124.413
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(1.906)	(1.413)
Outros ativos	10a	82.847	42.961
Ativos fiscais diferidos	15b	372.664	481.456
Imobilizado de uso	11	36.649	40.472
Outras imobilizações de uso		32.493	31.506
Direitos de uso		21.775	35.906
(Depreciações acumuladas)		(17.619)	(26.940)
Intangível	12	125	2.292
Ativos intangíveis		900	6.345
(Amortizações acumuladas)		(775)	(4.053)
Total do ativo		17.460.906	13.939.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2025	2024
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.347.797	5.233.615
Instrumentos financeiros derivativos	5b	347.203	4.223.603
Captações no mercado aberto	5c	1.000.594	1.010.012
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		11.733.794	4.340.995
Depósitos	7d	1.445.048	936.472
Recursos por emissões de letras	7e	967.978	-
Obrigações por empréstimos	7f	7.076.915	1.995.663
Obrigações por repasses	7g	1.661.148	1.250.924
Outros passivos financeiros	10b	582.705	157.936
Outros passivos	10b	536.261	46.141
Passivo de arrendamento		19.897	23.623
Obrigações fiscais		679.049	845.307
Correntes		222.032	135.286
Diferidas	15b	457.017	710.021
Provisões para contingências	13c	25.685	30.639
Patrimônio líquido		3.118.423	3.419.294
Capital social	14a	2.995.473	2.825.473
Reservas de lucros		115.847	602.305
Outros resultados abrangentes		1.285	(3.422)
Resultados acumulados não apropriados		5.818	(5.062)
Total do passivo		17.460.906	13.939.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstrações consolidadas dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de juros	19	670.334	739.325
Receitas de juros		1.387.348	1.217.758
Despesas de juros		(717.014)	(478.433)
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(494)	(32.547)
Receitas operacionais		147.343	(108.247)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5d	(871.073)	1.495.856
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b	303.388	191.848
Resultado líquido de variação cambial de operações em moeda estrangeira	7h	678.567	(1.833.186)
Resultado de serviços e comissões	22	36.461	37.235
Lucro bruto		817.183	598.531
Despesas operacionais		(280.123)	(211.545)
Despesas de pessoal	20	(177.409)	(135.542)
Outras despesas administrativas	21	(52.589)	(38.906)
Despesas tributárias		(64.894)	(36.276)
Outras receitas/(despesas) operacionais		16.232	7.639
Reversões/(despesas) de provisão para contingências		4.957	(1.551)
Depreciação e amortização		(6.420)	(6.909)
Resultado não operacional		(1.299)	(212)
Resultado antes da tributação		535.761	386.774
Imposto de renda e contribuição social	15a	(73.941)	(67.151)
Provisão para imposto de renda		35.508	(21.334)
Provisão para contribuição social		(3.483)	(18.338)
Ativo fiscal diferido		(105.966)	(27.479)
Lucro líquido dos exercícios		461.820	319.623
Atribuível aos acionistas controladores		461.820	319.623
Quantidade média ponderada de ações		107.634	101.192
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$		4.290,64	3.158,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido dos exercícios	461.820	319.623
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.706	(5.721)
Títulos e valores mobiliários	7.706	(5.721)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	881	-
Ajuste de risco de crédito próprio (DVA) - Instrumentos financeiros derivativos	881	-
Efeito fiscal	(3.879)	2.546
Resultados abrangentes	<u>466.528</u>	<u>316.448</u>
Atribuível aos acionistas controladores	466.528	316.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Resultados acumulados não apropriados	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.437.823	189.125	76.850	745.055	(247)	(1.106)	3.447.500
Aumento de capital – Homologado	189.125	(189.125)	-	-	-	-	-
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	198.525	-	-	-	-	198.525
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.175)	-	(3.175)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(233.559)	(233.559)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(309.620)	-	-	(309.620)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	319.623	319.623
Destinações:							
Reserva legal	-	-	16.179	-	-	(16.179)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	73.841	-	(73.841)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.626.948	198.525	93.029	509.276	(3.422)	(5.062)	3.419.294
Aumento de capital – Homologado	286.500	(198.525)	-	-	-	-	87.975
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	82.025	-	-	-	-	82.025
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	4.707	-	4.707
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(308.400)	-	-	(308.400)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	461.820	461.820
Destinações:							
Reserva legal	-	-	22.579	-	-	(22.579)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	228.361	-	(228.361)	-
Dividendos	-	-	-	(428.998)	-	-	(428.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.913.448	82.025	115.608	239	1.285	5.818	3.118.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	461.820	319.623
Ajustes ao lucro líquido	<u>86.951</u>	<u>109.943</u>
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	494	32.547
Depreciações e amortizações	6.420	6.909
Perda na baixa de imobilizado e intangível	1.354	170
Perda na baixa de investimento	-	6
Imposto de renda e contribuição social	73.941	67.151
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	1.431	1.551
Despesa de juros de arrendamento	3.311	1.609
Varição de ativos e obrigações	<u>(2.862.923)</u>	<u>3.245.046</u>
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(73.000)	(396.381)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	(4.752.369)	7.924.100
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	764.134	157.954
(Aumento) em empréstimos a clientes	(536.106)	(1.122.336)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(9.417)	123.271
Aumento/(redução) em depósitos	508.576	(3.662.171)
Aumento em recursos por emissão de letras	967.978	-
Redução em outros ativos	10.254	111.057
Aumento em outros passivos	485.811	128.750
(Redução) em provisões para contingências	(6.387)	(1)
Aumento/(redução) em obrigações fiscais	(135.287)	17.072
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(87.110)</u>	<u>(36.269)</u>
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais	<u>(2.314.152)</u>	<u>3.674.612</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(3.631)	(11.704)
Aquisição de ativo intangível	(3)	(137)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	<u>(2.158.619)</u>	<u>74.019</u>
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimento	<u>(2.162.253)</u>	<u>62.178</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	170.000	198.525
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(200.000)	(233.559)
Pagamento de dividendos	(308.400)	(309.620)
Pagamento de arrendamento	(5.188)	(3.732)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	<u>5.491.475</u>	<u>(3.658.471)</u>
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamento	<u>5.147.887</u>	<u>(4.006.857)</u>
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>671.482</u>	<u>(270.067)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3.448.589	3.718.656
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	<u>4.120.071</u>	<u>3.448.589</u>
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>671.482</u>	<u>(270.067)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como Banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em atendimento à Resolução nº 4.818/2020, emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a qual determina que as instituições financeiras que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadradas no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional (IFRS) e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi dada pela Diretoria Executiva em 27 de março de 2026.

(i) Uso de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco e sua controlada estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas.

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas são:

a. Provisão para perda de crédito esperada de ativos financeiros

As exigências de *impairment* previstas no IFRS 9 requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: a partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.

Prazo: considera-se prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.

Informações prospectivas: utilização de informações de caráter *forward-looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

Cenários de perda ponderados pela probabilidade: utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

A nota explicativa 9b detalha a movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício.

b. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias do mercado.

c. Ativo e passivo fiscal diferido

Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa 15b apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d. Provisões para ações judiciais

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado a última instância.

(ii) Reconciliação entre saldos apresentados em BACENGAAP e IFRS

A reconciliação entre os saldos apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen “BACENGAAP” e as normas internacionais de contabilidade “IFRS”, do Patrimônio Líquido e dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício de acordo com as políticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		451.577	323.579
Ajustes IFRS		10.243	(3.956)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira e variação cambial	(a)	14.613	25.129
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(35)	-
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(b)	1.395	(30.816)
Reversão de provisão para contingências		177	139
Outras despesas administrativas		1.526	(1.069)
Outras receitas não operacionais		-	(713)
Imposto de renda e contribuição social	(c)	(7.433)	3.374
Lucro líquido do exercício de acordo com o IFRS		461.820	319.623
	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Patrimônio líquido de acordo com as políticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		3.112.584	3.423.901
Ajustes IFRS relativos a exercícios anteriores		(3.970)	(1.043)
Ajustes IFRS relativos aos exercícios correntes		9.809	(3.564)
Lucros acumulados		17.675	(7.329)
Ajuste de avaliação patrimonial		(433)	392
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	(7.433)	3.373
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS		3.118.423	3.419.294

a. Conversão de operações em moeda estrangeira e variação cambial

Ajustes relativos a diferença entre a taxa de câmbio PTAX, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, e a taxa de câmbio de fechamento SPOT.

b. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ajustes relativos a diferença do conceito de perda incorrida, estabelecido pelo Banco Central do Brasil (até 31 de dezembro de 2024) e o conceito de perda esperada constante nas normas internacionais de contabilidade (IFRS 9).

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se a constituição dos tributos diferidos relativos aos ajustes de convergência as normas internacionais.

3 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelo Banco e sua controlada.

a. Base de consolidação e mensuração

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, controladas são todas as entidades nas quais o Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo possui controle.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a consolidação da entidade Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Controlada), localizada no país, sobre a qual a instituição líder do conglomerado, o Banco, detém o controle direto de 100% em 2025 (100% em 2024).

Os saldos e transações intragrupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre as entidades, são eliminados no processo de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) mensurados a valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e de sua controlada. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados ou com liquidação em moeda estrangeira, são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas no resultado do período pelo regime de competência.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, exceto recursos de uso restrito, com vencimento máximo de três meses a contar da data efetiva de aplicação e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial

Os ativos e passivos são reconhecidos na data de negociação, data em que o Banco e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento inicial é realizado pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis a sua emissão ou aquisição, exceto quando os ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado, em tais casos os custos de transação não são incluídos, ou quando o instrumento é um recebível que é inicialmente mensurado pelo valor da transação, conforme definido na *IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers*.

(ii) Classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pelo Banco.

O **modelo de negócio** reflete como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa, a avaliação da Administração considera, dentre outros, os seguintes fatores: (i) como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da Administração; (ii) os riscos que afetam o seu desempenho e a forma como estes riscos são gerenciados e; (iii) como os gestores do negócio são remunerados. Desta forma, a Administração determina se os fluxos de caixa dos ativos financeiros resultam de: recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos.

Na análise dos fluxos de caixa contratuais a Administração efetua o teste de **SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)**, que consiste em verificar se os fluxos representam apenas pagamento de principal e juros. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado: os ativos financeiros mensurados nesta categoria possuem fluxos de caixa com características contratuais somente de pagamento de principal e juros e o modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais. São reconhecidos pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros e os encargos financeiros são registrados pelo regime de competência no resultado do período como receita de juros.

Taxa efetiva de juros: é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. No cálculo, a estimativa dos fluxos de caixa considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros são mensurados nesta categoria quando as características dos fluxos de caixa contratuais não representam apenas pagamento de principal e juros, quando a Administração os mantém em um modelo de negócio cujo objetivo seja a sua venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e seus rendimentos como receitas operacionais. Na mensuração subsequente, os ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes da variação do valor justo são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos financeiros são mensurados nesta categoria quando os seus fluxos de caixa possuem características contratuais somente de pagamento de principal e juros e são mantidos pela Administração em um modelo de negócio cujo o objetivo seja tanto para obter fluxos de caixa contratuais quanto para venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Na mensuração subsequente as variações decorrentes do valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. As receitas de juros são registradas no resultado do período, pelo regime de competência. Na alienação do investimento o ganho ou perda acumulado reconhecido previamente no patrimônio líquido é reconhecido na demonstração do resultado do período.

Instrumentos financeiros considerados como *hedge* contábil de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%.

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pela transferência de um passivo em uma transação ordenada nas condições atuais do mercado principal, na data de mensuração, independentemente do preço ser diretamente observável ou estimado utilizando-se outra técnica de avaliação.

Os instrumentos financeiros do Banco e sua controlada referem-se substancialmente a instrumentos de dívida, títulos públicos, empréstimos a clientes e instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, caso não exista preço cotado em um mercado ativo e não seja possível identificar operações com um instrumento financeiro similar, o valor justo dos instrumentos financeiros são mensurados com base em metodologias de avaliação amplamente utilizadas pelo mercado, tais como método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para *swaps*, futuros e termo de moedas), nesse método, os fluxos de caixa

futuros são projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos e são descontados a valor presente considerando os prazos e curvas de desconto.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são: Anbima/Bacen (títulos públicos) e B3 (títulos privados e instrumentos financeiros derivativos).

O Banco possui investimentos em ações da companhia fechada Núcleo, decorrente da desmutualização da CIP – Câmara Interbancária de Pagamento, que estão classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo, conforme nota explicativa 8.

A determinação do valor justo utiliza como premissa o valor do patrimônio líquido divulgado nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Núcleo.

(iv) Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

(v) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, que é o valor líquido dos custos incorridos diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado do período.

(vi) Modificação e baixa de ativos e passivos financeiros

Na ocorrência de renegociação dos fluxos de caixa de um ativo financeiro sem alteração substancial de seus termos e condições, o Banco e sua controlada, não efetuam a baixa do ativo. No entanto, o valor contábil bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado do período. Nos casos em que a renegociação ou modificação alteram substancialmente os termos e as condições do ativo financeiro, as entidades efetuam a baixa do ativo original e reconhecem um novo, sendo a data da renegociação considerada para o reconhecimento inicial.

A modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiros são transferidos; ou

A entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação especificada no contrato for extinta, cancelada ou vencer.

(vii) *Compensação de ativos e passivos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros devem ser compensados e o valor líquido reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente, se existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

(viii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

O Banco e sua controlada aplicam a abordagem de três estágios para mensurar as perdas de crédito, utilizando o conceito de perda esperada de crédito como requerido pelo IFRS 9 – *Financial Instruments*, para as seguintes categorias de ativos que não são mensuradas ao valor justo por meio do resultado:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Instrumentos de dívida classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

Compromissos de crédito registrados em contas de compensação; e

Contratos de garantia.

Modelo de perda esperada de crédito

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, nesse sentido, todas as operações

possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada através de modelos estatísticos considerando os seguintes fatores:

PD – Probability of default (Probabilidade de inadimplência): é a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte no horizonte de tempo observado.

LGD – Loss Given Default (Perda dada à inadimplência): é uma estimativa baseada no histórico de perdas observadas ponderadas pelas respectivas taxas dos portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos.

EAD – Exposure at Default (Exposição à inadimplência): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

A avaliação dos ativos financeiros é realizada em três estágios:

Estágio 1 – Operações em curso normal: os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação normal, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito: os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, a perda esperada é calculada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Operações problemáticas: os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, a perda esperada é calculada até o final da vida do ativo.

O enquadramento dos ativos em estágios é revisto periodicamente considerando os processos de avaliação de risco, com o objetivo de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer transferências entre estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Forward looking (Informações prospectivas)

A estimativa de perda esperada de crédito para cada estágio e a avaliação de aumento significativo de risco considera informações sobre eventos passados e as condições atuais, bem como previsões de eventos futuros razoáveis e sustentáveis e condições econômicas. Tais estimativas podem requerer julgamentos significativos.

Fatores macroeconômicos

Em seu modelo, o Banco depende de um *range* de informações externas para inputs, tais como: crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa básica de juros e preços de mercado. Os inputs e modelos utilizados para o cálculo da perda esperada de crédito podem nem sempre capturar todas as características de mercado na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Aumento significativo de risco de crédito

A cada período de reporte o Banco e sua Controlada avaliam se houve aumento significativo no risco de crédito para a exposição desde o reconhecimento inicial, comparando o risco de *default* (inadimplência) ocorrer a partir da data de reconhecimento inicial e a partir da data de reporte, até a vida final do ativo. A avaliação considera as informações quantitativas e qualitativas do tomador, sem considerar as garantias e as informações prospectivas dos fatores econômicos.

As avaliações comuns de aumento significativo de risco incluem perspectivas macroeconômicas, julgamento da Administração, monitoramento e operações em atraso. A importância e relevância de cada fator macroeconômico depende do tipo de produto, característica do instrumento financeiro e do tomador e a região geográfica. Modelos quantitativos nem sempre são capazes de capturar todas as informações razoáveis e sustentáveis que podem indicar aumento significativo de risco. Fatores qualitativos podem ser avaliados para complementar a análise. Em relação ao monitoramento e operações em atraso existe uma presunção refutável que há aumento significativo de risco de crédito, desde o reconhecimento inicial, para instrumentos financeiros vencidos há mais de 30 dias.

Definição de *default* (inadimplência)

O Banco considera como *default* (inadimplência) um instrumento financeiro que apresentou um ou mais eventos de perda que ocorreram após o reconhecimento inicial e tais eventos resultam em um impacto negativo na estimativa de fluxos de caixa futuro do instrumento, desde que tal impacto possa ser estimado com confiabilidade.

Ativos financeiros que apresentaram evento de *default* e atraso superior a 90 dias são considerados como ativos problemáticos.

Write-off (baixa para prejuízo)

O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro problemático (e a provisão de perda esperada de crédito relacionada), parcial ou total, quando não existe uma perspectiva realista de recuperação. Nos casos de ativos financeiros com garantia, o *write-off* é efetuado após a realização da garantia. Nas circunstâncias em que o valor realizável líquido da garantia foi determinado e não existe expectativa razoável de recuperação adicional, o *write-off* pode ser realizado de forma antecipada. Em períodos subsequentes, as recuperações relativas a ativos baixados para prejuízo são creditadas na rubrica de “Outras receitas operacionais” nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados.

f. Resultado de serviços e comissões

O Banco e sua controlada auferem receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornecem aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços provindas de contratos com clientes é reconhecido de acordo com os princípios descritos no IFRS 15, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões que forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo IFRS 15 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do IFRS 9, de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

g. Ativos não financeiros

Imobilizado de uso: corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

Item	Vida útil estimada
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Direitos de uso	5 anos

Intangível: corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Item	Vida útil estimada
Softwares	5 anos

Investimentos: são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como imobilizado e intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente ou caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificadas perdas por *impairment*.

i. Arrendamentos

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica “Passivo de arrendamento”, que corresponde ao valor presente do total dos pagamentos futuros em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica “Outras despesas administrativas” nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados.

j. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

Em atendimento às normas vigentes, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota explicativa 15c).

Em consonância com o IAS 12 – *Income Taxes* para fins de apresentação o Banco e sua controlada efetuam a compensação dos tributos correntes que estão relacionados aos impostos sobre a renda, lançados pela mesma autoridade fiscal e com mesmo prazo de realização/pagamento, para os quais há um direito legal de compensação.

k. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

l. Ativos e passivos contingentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

m. Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que é liquidado em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

n. Benefícios a empregado pós-emprego

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme normas vigentes.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

o. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

p. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias.

q. Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

r. Normas emitidas recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações relevantes que foram emitidas pelo IASB, com reflexo em períodos futuros:

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz na demonstração de resultados novos subtotais, além de segregar as receitas e despesas em três categorias (operacionais, investimento e financiamento). Esta norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.
- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Reduz as exigências de divulgação das normas IFRS para subsidiárias elegíveis, reduzindo assim os custos de preparação das demonstrações financeiras para essas subsidiárias. Esta norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.
- **Emendas aos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (Divulgação):** As principais alterações nestas normas são relacionadas ao reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros e classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Outra alteração relevante é relacionada à divulgação de informações a respeito de instrumentos patrimoniais designados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2026.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Disponibilidades	8.579	59.378
Moeda nacional	239	3.715
Moeda estrangeira	8.340	55.663
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.111.492	3.389.211
Aplicações em operações compromissadas	4.111.492	3.205.970
Depósitos interfinanceiros	-	183.241
Total	4.120.071	3.448.589

5 Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

a. Títulos e valores mobiliários *Composição por tipo e vencimento*

	2025			2024	
	Sem vencimento	Valor justo/contábil	Custo atualizado	Valor justo/contábil	Custo atualizado
Carteira própria					
NTN	-	-	-	1.607	1.796
Ações de companhias fechadas	6.933	6.933	7.568	6.855	7.568
Vinculados à prestação de garantia					
Cotas de fundo de investimento	65.256	65.256	65.256	53.474	53.473
Total	72.189	72.189	72.824	61.936	62.837

As cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

(i) *Contratos futuros*

	2025		2024	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	34.527.793	(546.808)	39.937.004	(91.474)
DI	1.385.214	(45)	4.064.636	(182)
DDI	28.877.002	(485.202)	35.477.609	(90.588)
Dólar	4.265.577	(61.561)	394.759	(704)
Posição vendida	6.247.578	71.709	1.957.150	4.111
DI	726.157	249	138.683	167
DDI	5.521.421	71.460	1.337.996	2.537
Dólar	-	-	480.471	1.407

Em 31 de dezembro de 2025, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 60 (R\$ 106 em 2024), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

(ii) **Operações de swap e operações a termo**

Por indexador	2025			2024		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap						
Valores a receber	18.870.238	963.177	1.278.105	3.223.283	399	76.319
CDI x Dólar	18.303.188	924.904	1.226.410	2.813.545	-	74.296
Pré x Dólar	567.050	38.273	51.695	-	-	-
Dólar x CDI	-	-	-	5.878	372	369
CDI x CDI	-	-	-	403.860	27	1.654
Valores a pagar	5.325.350	(431.294)	(318.678)	30.626.960	(5.479.202)	(4.220.609)
CDI x Dólar	5.275.350	(431.216)	(318.297)	30.204.954	(5.413.156)	(4.147.085)
Pré x Dólar	-	-	-	243.500	(64.931)	(72.370)
Dólar x CDI	-	-	-	178.506	(1.115)	(1.154)
Pré x CDI	50.000	(78)	(381)	-	-	-
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	1.354.001	16.610	14.716	3.481.536	326.268	328.688
Posição comprada - Dólar	1.303.807	16.444	14.294	3.481.536	326.268	328.688
Posição vendida - Dólar	50.194	166	422	-	-	-
Valores a pagar	963.014	(27.206)	(28.525)	413.871	(2.535)	(2.994)
Posição comprada - Dólar	920.206	(26.309)	(27.828)	285.891	-	(569)
Posição vendida - Dólar	42.808	(897)	(697)	127.980	(2.535)	(2.425)
Operações de câmbio						
Valores a receber	25.126	104	155	608.311	11.171	11.119
Dólar – compra	126	1	-	608.311	11.171	11.119
Dólar – venda	25.000	103	155	-	-	-
Total	26.537.729	521.391	945.773	38.353.961	(5.143.899)	(3.807.477)

As operações de *Swap*, NDF e câmbio são negociados via balcão organizado e não possuem garantias da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

(iii) **Composição por vencimento**

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2025				2024	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	15.405.144	4.104.777	2.964.804	18.300.646	40.775.371	41.894.154
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.568.900	1.805.310	3.337.667	17.483.711	24.195.588	33.850.243
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	1.693.319	244.547	319.777	59.372	2.317.015	3.895.407
Operações de câmbio ⁽ⁱⁱ⁾	25.126	-	-	-	25.126	608.311
Total	18.692.489	6.154.634	6.622.248	35.843.729	67.313.100	80.248.115

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

(iv) **Segregação entre circulante e não circulante**

O valor justo dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo						
Swap	213.067	1.065.038	1.278.105	2.023	74.296	76.319
Termo de moedas -						
NDF	14.449	267	14.716	328.690	(2)	328.688
Operações de câmbio	155	-	155	11.119	-	11.119
Total	227.671	1.065.305	1.292.976	341.832	74.294	416.126
Passivo						
Swap	(116.764)	(201.914)	(318.678)	(2.647.521)	(1.573.088)	(4.220.609)
Termo de moedas -						
NDF	(27.740)	(785)	(28.525)	(2.874)	(120)	(2.994)
Total	(144.504)	(202.699)	(347.203)	(2.650.395)	(1.573.208)	(4.223.603)

(v) **Hedge Accounting**

O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de *hedge* e do item objeto de *hedge*:

	2025			2024	
	Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>		Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Estratégia de <i>hedge</i> de risco de mercado					
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos externos	1.708.356	1.694.202	1.684.667	1.884.378	1.864.415
Total	1.708.356	1.694.202	1.684.667	1.884.378	1.864.415

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido nas normas internacionais de contabilidade.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado para proteção contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contraídos no exterior.

A estrutura da operação é uma combinação de contratos de Futuro DDI, com vencimentos até outubro de 2027, utilizados como instrumentos derivativos de *hedge* e de obrigações por empréstimos no exterior captados em moeda norte americana (nota 7f) designados como item objeto de *hedge* de risco de mercado.

O valor a mercado da captação externa, item objeto de *hedge*, leva em consideração as características da operação com relação a taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

c. Captações no mercado aberto

	<u>Taxa de juros a.a.</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>Saldo em 2025</u>
Compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas – livre movimentação	14,07% a 14,35%	01/04/2026	1.000.594
Total			<u><u>1.000.594</u></u>

d. Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim compostos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(878.439)</u>	<u>1.493.772</u>
Futuros	(6.847.166)	7.033.033
Swap	6.516.607	(6.256.047)
Termo de moedas - NDF	(536.882)	695.024
Contratos de câmbio	(10.998)	21.762
Títulos e valores mobiliários	6.608	2.084
Captações no mercado aberto	758	-
Total	<u><u>(871.073)</u></u>	<u><u>1.495.856</u></u>

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

a. Títulos e valores mobiliários

	2025			2024			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo/ contábil	Custo atualizado	Valor justo/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	-	-	157.575	157.575	157.106	111.418	111.899
Ações de companhias abertas	72	-	-	72	111	59	105
Subtotal	72	-	157.575	157.647	157.217	111.477	112.004
Vinculados à prestação de garantias⁽ⁱ⁾							
LTN	-	-	83.043	83.043	82.925	572.303	577.430
LFT	-	1.013.788	1.127.843	2.141.631	2.140.758	1.628.581	1.628.685
Subtotal	-	1.013.788	1.210.886	2.224.674	2.223.683	2.200.884	2.206.115
Total	72	1.013.788	1.368.461	2.382.321	2.380.900	2.312.361	2.318.119
(-) Perda esperada (Nota 9a) – Estágio 1	-	-	-	-	-	(494)	-
Total geral	72	1.013.788	1.368.461	2.382.321	2.380.900	2.311.867	2.318.119

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

b. Resultado

	2025	2024
Operações com títulos e valores mobiliários	303.388	191.848
Total	303.388	191.848

7 Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2025			2024
	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	4.659.925	202.358	4.862.283	5.626.524
Posição bancada – LTN	3.659.265	-	3.659.265	4.599.908
Posição vendida – LTN	1.000.660	-	1.000.660	1.011.574
Posição financiada – LTN	-	-	-	15.042
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	202.358	202.358	-
Total	4.659.925	202.358	4.862.283	5.626.524
(-) Perda esperada (Nota 9a) – Estágio 1	-	-	-	(106)
Total geral	4.659.925	202.358	4.862.283	5.626.418

b. Títulos e valores mobiliários

	2025		
	De 3 a 6 meses	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado
Mensurados ao custo amortizado			
Carteira própria			
Títulos no exterior	2.158.619	2.158.619	2.144.983
(-) Perda esperada (Nota 9a) – Estágio 1	(69)	(69)	-
Total	2.158.550	2.158.550	2.144.983

c. Empréstimos a clientes

(i) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Nota de crédito à exportação (NCE)	1.661.147	-	-	1.661.147
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	259.535	-	-	259.535
(-) Perda esperada (Nota 9a)	(1.837)	-	-	(1.837)
Total	1.918.845	-	-	1.918.845
	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Nota de crédito à exportação (NCE)	1.250.925	-	-	1.250.925
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	132.972	-	-	132.972
(-) Perda esperada (Nota 9a)	(735)	-	-	(735)
Total	1.383.162	-	-	1.383.162

(ii) Composição da carteira de crédito por prazo da operação

	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽ⁱ⁾
A vencer				
Até 3 meses	131.476	-	-	131.476
De 3 a 12 meses	128.059	-	-	128.059
Acima de 12 meses	1.661.147	-	-	1.661.147
Total	1.920.682	-	-	1.920.682

(i) Não houve transferência entre estágios no período.

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽ⁱ⁾
A vencer				
Até 12 meses	38.113	-	-	38.113
Acima de 12 meses	1.345.784	-	-	1.345.784
Total	1.383.897	-	-	1.383.897

(i) Não houve transferência entre estágios no período.

(iii) Concentração dos empréstimos a clientes

	2025	2024
Principal devedor	1.109.145	1.250.925
Percentual sobre o total da carteira de crédito	57,7%	90,3%
20 maiores devedores	1.920.682	1.383.897
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100%	100,0%

O montante de crédito renegociados em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 127.478 (R\$ 84.659 em 2024).

O Banco possui garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 590 (R\$ 590 em 2024).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve recuperações de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve baixa de crédito para prejuízo (R\$ 54.867 em 2024).

d. Depósitos

	2025				2024	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	77	-	-	-	77	69
Depósitos a prazo	-	46.327	106.023	1.292.621	1.444.971	936.403
Total	77	46.327	106.023	1.292.621	1.445.048	936.472

Em 31 de dezembro de 2025 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 100,6% do CDI (102% do CDI em 2024).

e. Recursos por emissão de letras

	Taxa de juros	Vencimentos até	Saldo em 2025
Letras financeiras	100,3% do CDI	20/09/2027	967.978
Total			967.978

f. Obrigações por empréstimos

	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2025
Linhas de crédito			
Obrigações por empréstimos do exterior ⁽ⁱ⁾	5,10% a 5,16%	26/07/2027	1.694.202
Obrigações por empréstimos do exterior – BNS (Controlador) ⁽ⁱ⁾	3,65%	06/01/2026	5.126.900
Financiamentos à exportação – BNS (Controlador)	3,91% a 4,03%	20/05/2026	255.813
Total			7.076.915

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2024
Linhas de crédito			
Obrigações por empréstimos do exterior ⁽ⁱ⁾	5,10% a 5,16%	26/07/2027	1.864.415
Financiamentos à exportação – BNS (Controlador)	4,52% a 4,95%	25/04/2025	131.248
Total			1.995.663

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

g. Obrigações por repasses

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.661.148 (R\$ 1.250.924 em 2024) estão representadas por captação externa junto ao Controlador (BNS), sendo R\$ 14.989 com vencimento entre abril e maio de 2026 e R\$ 1.646.159 com vencimento entre novembro de 2027 e abril de 2029.

h. Resultado líquido de variação cambial de operações em moeda estrangeira

	2025	2024
Operações em moeda estrangeira	47.945	(322.350)
Empréstimos a clientes	(136.153)	211.407
Operações de empréstimos e repasses	766.775	(1.722.243)
Total	678.567	(1.833.186)

8 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros por níveis de hierarquia de valor justo:

	Saldo em 31/12/2025	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.365.165	65.256	1.292.976	6.933
Títulos e valores mobiliários	72.189	65.256	-	6.933
Instrumentos financeiros derivativos	1.292.976	-	1.292.976	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.382.321	2.382.321	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.382.321	2.382.321	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.347.797	-	1.347.797	-
Captações no mercado aberto	1.000.594	-	1.000.594	-
Instrumentos financeiros derivativos	347.203	-	347.203	-

	Saldo em 31/12/2024	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	478.062	55.081	416.126	6.855
Títulos e valores mobiliários	61.936	55.081	-	6.855
Instrumentos financeiros derivativos	416.126	-	416.126	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.311.867	2.311.867	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.311.867	2.311.867	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5.233.615	-	5.233.615	-
Captações no mercado aberto	1.010.012	-	1.010.012	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.223.603	-	4.223.603	-

9 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Abertura por estágio e produto

	2025			Total ⁽ⁱ⁾
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empréstimos a clientes	1.837	-	-	1.837
Títulos e valores mobiliários	69	-	-	69
Total	1.906	-	-	1.906

(i) Não houve movimentação entre estágios durante o exercício.

	2024			Total ⁽ⁱ⁾
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empréstimos a clientes	735	-	-	735
Títulos e valores mobiliários	494	-	-	494
Operações compromissadas	106	-	-	106
Depósitos em outras instituições	78	-	-	78
Total	1.413	-	-	1.413

(i) Não houve movimentação entre estágios durante o exercício.

b. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 2024	1.413	-	-	1.413
Constituição	1.102	-	-	1.102
Reversão	(609)	-	-	(609)
Saldos em 2025	1.906	-	-	1.906

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 2023	566	-	23.167	23.733
Constituição	847	-	19.800	20.647
Baixa para prejuízo	-	-	(42.967)	(42.967)
Saldos em 2024	1.413	-	-	1.413

10 Outros Ativos e Passivos

a. Outros ativos financeiros e não financeiros

	2025	2024
Financeiros	161.386	124.413
Circulante	107.584	70.984
Ajuste diário de contratos futuros a liquidar	71.721	4.216
Caixas de registro e liquidação	30.429	48.755
Devedores conta de liquidações pendentes	5.432	18.010
Outros	2	3
Não circulante	53.802	53.429
Depósitos judiciais	53.802	53.429
Não financeiros	82.847	42.961
Circulante	82.774	42.862
Antecipação de impostos e contribuições	77.529	37.408
Adiantamentos e antecipações salariais	1.790	1.210
Impostos e contribuições a compensar	1.732	956
Despesas antecipadas	1.247	1.457
Valores a receber de sociedades ligadas	197	1.831
Outros	279	-
Não circulante	73	99
Despesas antecipadas	56	83
Impostos e contribuições a compensar	17	16
Total	244.233	167.374

b. Outros passivos financeiros e não financeiros

	2025	2024
Financeiros	582.705	157.936
Circulante	582.705	157.936
Ajuste diário de contratos futuros a liquidar	546.820	91.579
Credores conta liquidações pendentes	35.825	66.250
Comissões e corretagens a pagar	60	107
Não financeiros	536.261	46.141
Circulante	526.933	35.919
Dividendos	428.998	-
Provisão para despesas de pessoal	37.975	29.797
Impostos e contribuições a recolher	54.018	5.223
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.788	894
Outros	3.154	5
Não circulante	9.328	10.222
Provisão para despesas de pessoal	9.328	10.222
Total	1.118.966	204.077

11 Imobilizado de Uso

a. Composição

	2025			
	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizações em curso	-	1.131	-	1.131
Móveis, equipamentos e instalações	10%	5.629	(2.790)	2.839
Equipamentos de informática	20%	22.934	(9.280)	13.654
Direitos de uso	20%	21.775	(4.483)	17.292
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.799	(1.066)	1.733
Total		54.268	(17.619)	36.649

	2024			
	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizações em curso	-	8.589	-	8.589
Móveis, equipamentos e instalações	10%	6.516	(3.389)	3.127
Equipamentos de informática	20%	16.401	(10.791)	5.610
Direitos de uso	20%	33.567	(11.943)	21.624
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.339	(817)	1.522
Total		67.412	(26.940)	40.472

b. Movimentações

	Saldos em					Saldos em
	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificação	Depreciação	31/12/2025
Imobilizações em curso	8.589	3.125	-	(10.583)	-	1.131
Móveis, equipamentos e instalações	3.127	120	(23)	91	(476)	2.839
Equipamentos de informática	5.610	346	(1)	10.071	(2.372)	13.654
Direitos de uso	21.624	-	(1.847)	-	(2.485)	17.292
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.522	39	-	421	(249)	1.733
Total	40.472	3.630	(1.871)	-	(5.582)	36.649

	Saldos em					Saldos em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificação	Depreciação	31/12/2024
Imobilizações em curso	6	8.620	-	(37)	-	8.589
Móveis, equipamentos e instalações	3.742	46	(162)	5	(504)	3.127
Equipamentos de informática	4.450	3.039	(8)	32	(1.903)	5.610
Direitos de uso	12.469	12.347	-	-	(3.192)	21.624
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.757	-	-	-	(235)	1.522
Total	22.424	24.052	(170)	-	(5.834)	40.472

12 Intangível

a. Composição

	2025			
	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ativos intangíveis	20%	900	(775)	125
Total		900	(775)	125

	2024			
	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Outros ativos intangíveis em curso		70	-	70
Ativos intangíveis	20%	6.275	(4.053)	2.222
Total		6.345	(4.053)	2.292

b. Movimentações

	Saldos em					Saldos em
	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	31/12/2025
Outros ativos intangíveis em curso	70	-	-	(70)	-	-
Ativos intangíveis	2.222	3	(1.332)	70	(838)	125
Total	2.292	3	(1.332)	-	(838)	125

	Saldos em					Saldos em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	31/12/2024
Outros ativos intangíveis em curso	29	137	-	(96)	-	70
Ativos intangíveis	3.202	-	-	96	(1.076)	2.222
Total	3.231	137	-	-	(1.076)	2.292

13 Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a. Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3I.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 948 (R\$ 212 em 2024). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 16.781 (R\$ 19.789 em 2024), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 6.214 (R\$ 5.990 em 2024) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 9.158 (R\$ 9.065 em 2024), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c. Movimentação dos saldos

	2025			2024
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
Provisão para contingências				
Saldo inicial	760	29.879	30.639	29.089
Constituição/(reversão)	(63)	(2.706)	(2.769)	194
Atualização	18	1.479	1.497	1.357
Pagamento	(474)	(3.208)	(3.682)	(1)
Total	241	25.444	25.685	30.639

	2025			2024
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
Depósitos Judiciais				
Saldo inicial	124	53.305	53.429	47.800
Constituição	-	116	116	3.047
Atualização	8	3.540	3.548	2.607
Pagamento	(60)	(3.231)	(3.291)	(25)
Total	72	53.730	53.802	53.429

14 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.995.473 (2.825.473 em 2024), está representado por 112.437 (107.076 em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 27 de outubro de 2025 e 22 de dezembro de 2025, conforme Atas de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foram deliberados os aumentos de capital social nos valores de R\$ 87.975 e R\$ 82.025, respectivamente, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. O aumento de capital social deliberado em dezembro está em fase de homologação pelo BACEN.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve aumento de capital social no valor de R\$ 198.525, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovados para pagamento:

- I. Dividendos, no valor de R\$ 307.400, em 27 de janeiro de 2025, conforme Ata de Reunião da Diretoria;
- II. Dividendos, no valor de R\$ 1.000, em 27 de outubro de 2025, conforme Ata de Reunião da Diretoria;
- III. Juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 87.975, já deduzido do imposto de renda retido na fonte de R\$ 15.525, em 27 de outubro de 2025, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária;
- IV. Juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 82.025, já deduzido do imposto de renda retido na fonte de R\$ 14.475, em 22 de dezembro de 2025, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária; e
- V. Dividendos, no valor de R\$ 428.998, em 31 de dezembro de 2025, conforme Ata de Reunião da Diretoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme Ata da Diretoria, foram aprovados para pagamento:

- I. Dividendos no valor de R\$ 309.620, em 28 de outubro de 2024, conforme Ata de Reunião de Diretoria;
- II. Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 198.525, já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 35.034, em 20 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	535.761	535.761	386.774	386.774
Juros sobre o capital próprio	(200.000)	(200.000)	(233.559)	(233.559)
Adições/(exclusões) temporárias	539.441	539.441	167.923	167.923
Ajuste ao valor justo – TVM e derivativos	548.559	548.559	133.322	133.322
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	495	495	(22.320)	(22.320)
Créditos baixados para prejuízo	-	-	54.867	54.867
Outras	(9.613)	(9.613)	2.054	2.054
Adições/(exclusões) permanentes	(164.324)	(164.318)	27	34
Base tributável	710.878	710.884	321.165	321.172
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(213.468)	(213.470)	-	-
Base tributável após compensação	497.410	497.414	321.165	321.172
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(124.499)	(99.619)	(51.883)	(41.526)
Incentivos fiscais	2.086	-	1.565	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(122.413)	(99.619)	(50.318)	(41.526)
Créditos tributários	(58.804)	(47.162)	(15.251)	(12.228)
Passivo fiscal diferido	141.292	112.765	28.984	23.188
Total	(39.925)	(34.016)	(36.585)	(30.566)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Realização/ Reversão	Saldos em 31/12/2025
Créditos tributários	478.615	20.637	(126.603)	372.649
Refletido no resultado	478.615	20.637	(126.603)	372.649
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	386.933	890	(96.061)	291.762
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	15.292	314	(2.441)	13.165
Provisões indedutíveis	13.973	15.889	(12.507)	17.355
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(30.144)	858	(60)	(29.346)
Créditos baixados para prejuízo	70.994	-	-	70.994
Ajuste a valor justo de TVM	85	-	(85)	-
Outros	21.482	2.686	(15.449)	8.719
Refletido no patrimônio líquido	2.841	14	(2.839)	16
Ajuste a valor justo de TVM	2.841	14	(2.839)	16
Total	481.456	20.651	(129.442)	372.665
Passivo fiscal diferido	709.937	(44.787)	298.844	(455.880)
Refletido no resultado	(709.937)	(44.787)	298.844	(455.880)
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	(683.897)	(43.115)	288.839	(438.173)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(12.923)	(1.423)	1.051	(13.295)
Ajuste a valor justo de operações compromissadas	(1.520)	(249)	1.520	(249)
Outros	(11.597)	-	7.434	(4.163)
Refletido no patrimônio líquido	(84)	(1.053)	-	(1.137)
Ajuste a valor justo de TVM	(84)	(657)	-	(741)
Ajuste de risco de crédito próprio	-	(396)	-	(396)
Total	(710.021)	(45.840)	298.844	(457.017)

c. Previsão da realização dos créditos tributários

Prazo de realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
1º ano	402	33.838	34.240
2º ano	13.835	33.037	46.872
3º ano	11.265	34.398	45.663
4º ano	10.937	28.128	39.065
5º ano	10.727	28.474	39.201
6º ano ao 10º ano	33.737	133.887	167.624
Total	80.903	291.762	372.665
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	46.298	169.059	215.357

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.com base na pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central do Brasil.

16 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme as normas vigentes. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo / (passivo)		Receitas / (despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades	1.651	626	(75)	238
BNS (Controlador)	1.651	626	(75)	238
Carteira de câmbio – posição ativa	-	-	(14)	3.236
BNS (Controlador)	-	-	(14)	3.236
Outros ativos	-	103	(81)	(98)
BNS (Controlador)	-	103	(81)	(98)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	(2.591)	937	15.411	18.440
BNS (Controlador)	(2.291)	976	15.908	18.608
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(300)	(39)	(366)	(51)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	-	-	(131)	(117)
Obrigações por empréstimos	(5.382.713)	(131.248)	232.243	(1.425.167)
BNS (Controlador)	(5.382.713)	(131.248)	232.243	(1.425.167)
Obrigações por repasses	(1.661.148)	(1.250.924)	54.780	(286.353)
BNS (Controlador)	(1.661.148)	(1.250.924)	54.780	(286.353)
Operações de câmbio – posição passiva	-	-	-	(2.394)
BNS (Controlador)	-	-	-	(2.394)

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 62.926 (R\$ 41.035 em 2024), sendo formadas por R\$ 50.041 (R\$ 37.956 em 2024), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 12.885 (R\$ 3.079 em 2024), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

17 Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e

tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a. Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 9.333 (R\$ 9.173 em 2024) e a quantidade total de ações é de 64.433 unidades (71.712 em 2024) mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 385,30 por ação (322,17 em 2024). O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 10.779 (R\$ 9.610 em 2024).

	Saldo			
	2025		2024	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU				
Preço da ação		385,30(i)		322,17(i)
Devido	64.433	24.826	71.712	23.104
Provisionado	24.222	9.333	28.473	9.173
A provisionar	40.211	15.493	43.239	13.931

	A pagar					
	Dez/2026		Dez/2027		Dez/2028	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU						
Preço da ação		385,30(i)		385,30(i)		385,30(i)
Devido	21.813	8.404	15.184	5.851	27.436	10.571
Provisionado	15.442	5.949	6.307	2.431	2.473	953
A provisionar	6.371	2.455	8.877	3.420	24.963	9.618

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

b. Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.591 (R\$ 5.661 em 2024) e a quantidade total de ações é de 29.274 unidades (41.138 em 2024) mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 385,30 por ação (322,17 em 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve despesa de R\$ 4.717 (R\$ 3.584 em 2024).

Com a mudança na Política Global de Bônus do Grupo Scotiabank, a partir do exercício 2025, houve a migração dos administradores elegíveis ao plano de bônus PSU para o plano RSU e o valor devido do respectivo plano será totalmente pago até o final do exercício de 2027.

	Saldo			
	2025		2024	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
PSU				
Preço da ação		385,30(i)		322,17(i)
Devido	29.274	11.279	41.138	13.254
Provisionado	17.107	6.591	17.573	5.661
A provisionar	12.167	4.688	23.565	7.593

PSU	A pagar			
	Dez/2026		Dez/2027	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação		385,30(i)		385,30(i)
Devido	16.398	6.318	12.876	4.961
Provisionado	11.982	4.616	5.125	1.975
A provisionar	4.416	1.702	7.751	2.986

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

18 Benefícios a Empregado Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco e sua controlada oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 3.234 (R\$ 3.086 em 2024).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco e sua controlada não possuem planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

19 Receita Líquida de Juros

	2025	2024
Receita de juros	1.387.348	1.217.758
Operações com títulos e valores mobiliários	1.302.474	1.157.649
Empréstimos a clientes	84.874	60.109
Despesa de juros	(717.014)	(478.433)
Operações de captação no mercado aberto	(315.819)	(357.455)
Obrigações por empréstimos e repasses	(401.195)	(120.978)
Receita líquida de juros	670.334	739.325

20 Despesas de Pessoal

	2025	2024
Proventos	110.025	89.792
Encargos sociais	49.759	32.192
Benefícios	11.296	9.321
Outros	6.329	4.237
Total	177.409	135.542

21 Outras Despesas Administrativas

	2025	2024
Processamento de dados	13.847	12.277
Serviços do sistema financeiro	10.637	10.319
Aluguéis	90	620
Arrendamento – Juros direito de uso	3.310	-
Serviços técnicos especializados	3.695	3.513
Serviços de terceiros	7.852	3.033
Comunicações	1.714	1.470
Contribuições filantrópicas	1.721	1.120
Água, energia e gás	683	727
Condomínio	862	1.267
Outras ⁽ⁱ⁾	8.178	4.560
Total	52.589	38.906

(i) Composto por despesas diversas com viagens, publicidade, propaganda, publicações, entre outras.

22 Resultado de Serviços e Comissões

	2025	2024
Rendas de serviços prestados a ligadas	22.958	21.247
Rendas de comissões e corretagens	13.488	15.511
Rendas de garantias prestadas	11	29
Rendas de outros serviços	4	448
Total	36.461	37.235

23 Gerenciamento de Riscos

O Banco utiliza uma estrutura integrada e contínua para o gerenciamento de riscos, conforme as normas vigentes.

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco. A Estrutura de Gestão de Riscos do Banco possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo órgão regulador.

Interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos do Banco

Os negócios do Banco consistem em atividades de GBM (*Global Banking & Markets*) e ALM (*Assets and Liability Management*). A divisão de GBM é direcionado ao cliente e se concentra nas soluções de cash e instrumentos financeiros derivativos para clientes corporativos e institucionais, enquanto a divisão de ALM opera como uma função subsidiária para apoiar as atividades do GBM, por meio de financiamento e gestão de caixa. A Corretora, por sua vez, atende os investidores institucionais, que atuam no mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como os formadores de mercado (*"market makers"*).

Apetite de Riscos

A área de Risk Management é responsável por monitorar e reportar as métricas de apetite ao risco, utilizando informações provenientes das unidades responsáveis por sua gestão. Os dados referentes às métricas de apetite ao risco são reportados mensalmente ao Chief Risk Officer (CRO) do Banco e ao Comitê de Riscos ao menos 4 vezes ao ano.

As métricas de apetite ao risco são avaliadas da seguinte forma:

- Verde: a métrica está dentro do limite de apetite ao risco e dentro dos limites de referência.
- Vermelho: a métrica viola o limite de apetite ao risco.

Os limites devem ser aprovados pela Diretoria do Banco e estar em linha com os demais limites aprovados pela Matriz (The Bank of Nova Scotia, BNS).

Principais Riscos

Os principais riscos relacionados às atividades de negócios do Banco estão detalhados a seguir:

a. Risco de Crédito

O risco de crédito está relacionado às possíveis perdas quando um dos contratantes não honra os compromissos assumidos com o Banco e/ou com outras contrapartes.

b. Risco de Mercado e IRRBB

O risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado ou parâmetros que influenciam os preços de mercado. O Risco de Taxa de Juros do Banking Book (“IRRBB”) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez se materializa na ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, ou seja, nos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

d. Risco Operacional

A estrutura de risco operacional tem a função de identificar, avaliar, monitorar e reduzir o risco operacional no Banco. O risco operacional é definido como o risco de perda resultante de processos internos, sistemas, falhas humanas, eventos externos ou serviços terceirizados.

e. Risco ESG

Risco ESG é o risco de que eventos ou condições ambientais (incluindo mudanças climáticas), sociais ou de governança causem impactos negativos reais ou potenciais ao Banco. Esses riscos afetam direta e indiretamente as operações e negócios, além de amplificar outros riscos principais, como crédito, liquidez, mercado, compliance, operacional e reputacional.

Risco Ambiental envolve potenciais impactos decorrentes de mudanças climáticas ou degradação ambiental, incluindo perda de biodiversidade, recursos naturais e qualidade dos ecossistemas.

Mudanças Climáticas referem-se a alterações prolongadas em padrões climáticos, com consequências chamadas de riscos de mudança climática. Esses riscos podem afetar o desempenho do Banco e agravar riscos financeiros e não financeiros. São divididos em:

- Riscos Físicos:
 - Agudos: eventos climáticos extremos.
 - Crônicos: mudanças de longo prazo em padrões climáticos.
- Riscos de Transição: resultam da transição para uma economia de baixo carbono e incluem:
 - Reputacionais: percepção negativa sobre impactos climáticos ou falta de preparo.
 - De Mercado: mudança de preferências ou custos de insumos.
 - Tecnológicos: investimentos malsucedidos ou substituição por tecnologias mais limpas.
 - Legais: novos regulamentos que geram custos ou exigem adaptação.

Risco Social refere-se a impactos negativos decorrentes da má gestão de fatores sociais, como direitos humanos, condições de trabalho, inclusão, segurança comunitária, impactos a grupos vulneráveis e questões de terras e comunidades.

Risco de Governança é o risco de impacto adverso decorrente de práticas de governança corporativa deficientes ou ineficazes.

Governança do gerenciamento de riscos

O Banco possui uma estrutura de governança de riscos sólida e bem estabelecida, com uma Diretoria Executiva atuante e engajada, apoiada por uma equipe executiva experiente. A tomada de decisão é amplamente centralizada por meio de diversos comitês executivos e de gestão de riscos, que asseguram alinhamento e supervisão eficazes em todos os níveis da organização.

O modelo de gestão de riscos do Banco baseia-se na estrutura das três linhas de defesa. Nesse modelo, a Primeira Linha é responsável por assumir e gerir os riscos, bem como implementar controles internos adequados. A Segunda Linha atua de forma independente, oferecendo supervisão, definindo políticas, limites e frameworks, além de monitorar e realizar um *challenge* efetivo a Primeira Linha. Já a Terceira Linha, representada pela auditoria interna, realiza avaliações objetivas e independentes sobre o desenho e a eficácia dos controles, da gestão de riscos e dos processos de governança, garantindo segurança e aderência em toda a organização.

Para garantir boas práticas de gestão de governança de riscos e seu alinhamento aos requisitos regulatórios específicos, o Banco possui os seguintes comitês relacionados ao gerenciamento de riscos do Banco:

a. Executive Committee (ExCo)

Tem por finalidade discutir, aprovar e formalizar assuntos significantes relacionados aos controles e governança corporativa do Banco, promovendo um fórum apropriado para que as decisões sejam tomadas de forma efetiva e coordenada por toda a Diretoria Executiva do Banco. O Comitê se reúne com periodicidade mínima bimestral e é composto pelos Diretores Executivos, além dos responsáveis por Recursos Humanos, Auditoria Interna, Jurídico, Comercial e Tesouraria.

b. Assets and Liabilities Committee (ALCO)

O ALCO é um Comitê não estatutário, de caráter permanente, que tem por finalidade, no que se refere à gestão dos ativos e passivos, deliberar sobre os assuntos de sua competência e assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas responsabilidades. Possui como membros permanentes: Diretores executivos do Banco, Diretor de *Treasury e Capital Markets* e o *Financial Risks Senior Manager*. O ALCO se reunirá em caráter ordinário ao menos a cada dois meses.

c. Comitê de Crédito

O Comitê de Crédito é um Comitê não estatutário, de caráter permanente do Banco e que está alinhado a todos os termos, condições, regras, políticas e procedimentos globais do BNS bem como a todas as regras e legislações brasileiras pertinentes.

d. Comitê de Riscos

Tem o propósito de assessorar a Diretoria do Scotiabank em suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital. As atribuições deste comitê devem estar alinhadas a regulamentações e legislações bem como as Políticas e Normas internas corporativas aplicáveis.

Neste comitê, são avaliadas e discutidas informações relevantes acerca do gerenciamento de capital, dos riscos financeiros, operacional, reputacional, negócio e estratégico. Além disso, são analisados os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento.

e. Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário (Resolução CMN nº 4.910), com reporte à diretoria local, responsável pelo acompanhamento e supervisão das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, cabendo-lhe, entre outras, a atribuição de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais (individuais) e anuais (individuais e consolidadas) do Conglomerado, incluindo as notas explicativas e relatório da administração e parecer do auditor independente.

O Comitê de Auditoria se reúne com periodicidade mínima trimestral e é composto por três membros, eleitos pela Diretoria Executiva do Conglomerado, sendo um deles o diretor executivo do conglomerado (*Chief Operations Officer – COO*), designado membro interno e coordenador, e os outros dois membros, independentes, todos sob mandato desde junho de 2025.

f. Comitê de Novas Iniciativas

O Comitê de Novas Iniciativas (NIC) tem como propósito assegurar que todas as novas iniciativas do Banco passem por diligência adequada, governança estruturada e supervisão antes de serem lançadas, garantindo alinhamento com o Apetite ao Risco do Banco. O comitê funciona como fórum para avaliar novas iniciativas, discutir resultados das avaliações de risco e agilizar decisões, além de promover uma cultura organizacional forte e consciente de riscos no contexto de novas iniciativas. As reuniões do comitê acontecem pelo menos mensalmente, podendo ocorrer com maior frequência caso necessário. O quórum mínimo para realização das reuniões é de quatro membros permanentes.

g. Comitê de Remuneração dos Administradores

O Comitê de Remuneração dos Administradores é um Comitê não estatutário, de caráter permanente, que é responsável por supervisionar e propor políticas de remuneração alinhadas às normas brasileiras e globais.

Gerenciamento de riscos

O Banco, em atendimento às normas vigentes e alinhado às políticas globais do Banco, implementou sua estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos (“Estrutura”), por meio de políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos claramente documentadas, que estabelecem limites e procedimentos destinados a manter sua exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados em sua Declaração de Apetite por Riscos (“RAS”).

A Estrutura descrita é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos do Banco; é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos; é adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica do Banco; é capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados no qual atua; e adota postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos.

Destacam-se também, como parte da Estrutura implementada, a adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos, incluindo a avaliação periódica quanto à sua adequação, para o gerenciamento de riscos; os papéis e responsabilidades claramente documentados; um programa de teste de estresse; a gestão de continuidade de negócios; a emissão de relatórios gerenciais tempestivos à Diretoria Executiva; a avaliação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio do Banco, estratégias de hedge e iniciativas de assunção de riscos, dentre outros itens, no que diz respeito ao gerenciamento adequado dos riscos.

a. Gerenciamento de Capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e foi criada em conformidade com as normas vigentes.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

b. Gerenciamento de Risco de Crédito

Em linha com as normas vigentes e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos ratings, sendo que estes são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

	2025	2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.365.165	478.062
Títulos e valores mobiliários	72.189	61.936
Instrumentos financeiros derivativos	1.292.976	416.126
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.382.321	2.311.867
Títulos e valores mobiliários	2.382.321	2.311.867
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	9.101.064	7.133.993
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.862.283	5.626.418
Títulos e valores mobiliários	2.158.550	-
Empréstimos a clientes	1.918.845	1.383.162
Outros ativos financeiros	161.386	124.413
Itens não registrados no balanço	590	590

Os empréstimos a clientes do Banco estão concentrados em clientes com baixo risco. O risco de crédito das contrapartes está distribuído nos seguintes ratings divulgados pela

Moody's: 10% entre Aa2 e Baa1; 28% entre Baa2 e Ba1; e 62% entre Ba2 e Ba3. As demais exposições são títulos do Tesouro Nacional e outras exposições soberanas.

c. Gerenciamento de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da Matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e Matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos da Matriz permitiu ao Banco o atendimento às exigências das normas vigentes quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez.

Seguindo um apetite conservador ao risco de liquidez, a instituição estabelece que o caixa mínimo mantido (somatório do caixa e ativos equivalentes de alta liquidez) deve ser suficiente para cobrir as saídas líquidas que o banco pode sofrer sob um cenário severo de estresse no horizonte de 30 dias. Além disso, o relatório diário de fluxo de caixa projeta a liquidez disponível para o período de 90 dias, considerando as premissas dos cenários base e de estresse. Os resultados dos cenários de estresse são utilizados para o acionamento dos diversos níveis do plano de contingência de liquidez. Estes processos visam a utilizar as melhores práticas e mensurar impactos adversos na liquidez da instituição com o objetivo de evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O quadro a seguir detalha os passivos financeiros consolidados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

Passivo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	39.650	1.105.448	202.699	1.347.797
Instrumentos financeiros derivativos	39.650	104.854	202.699	347.203
Captações no mercado aberto	-	1.000.594	-	1.000.594
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	5.756.009	1.669.446	4.308.339	11.733.794
Depósitos	46.404	1.398.644	-	1.445.048
Recursos por emissões de letras	-	-	967.978	967.978
Obrigações por empréstimos	5.126.900	255.813	1.694.202	7.076.915
Obrigações por repasses	-	14.989	1.646.159	1.661.148
Outros passivos financeiros	582.705	-	-	582.705

As normas vigentes de risco de mercado determinam que as operações devem ser classificadas entre Carteiras de Negociação e Bancária.

As carteiras de negociação são formadas pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: estejam livres de impedimento legal para venda; e sejam avaliados diariamente pelo valor justo, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como custo amortizado e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Buscando avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

i. Análise de Sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes, tais como exposição a juros prefixados e ao cupom cambial. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	458	(458)
Exposição ao cupom cambial	(478)	478
Total	(20)	20

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(8.910)	8.910
Exposição ao cupom cambial	(5.176)	5.176
Total	(14.086)	14.086

ii. **Análise de Sensibilidade 2**

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(46)	(1.295)	(1.943)
Exposição ao cupom cambial	(48)	(992)	(1.488)
Total	(94)	(2.287)	(3.431)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(1.381)	(2.761)	(4.142)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(891)	(25.135)	(37.702)
Exposição ao cupom cambial	(518)	(5.819)	(8.729)
Total	(1.409)	(30.954)	(46.431)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(1.282)	(2.565)	(3.847)

iii. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Teste de Estresse (“Programa”) do Banco fornece os principais itens a serem observados que sejam relacionados aos testes de estresse realizados no Banco, bem como a definição das melhores práticas e metodologias utilizadas no mercado, para fortalecer a utilidade do teste de estresse durante os processos de tomada de decisão por parte da Diretoria. O Programa está detalhado em documento específico aprovado pela Diretoria Executiva do Banco, onde constam as atividades de teste de estresse realizadas pelo Banco, englobando, dentre outros, os impactos em capital regulatório e, principalmente, os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros. O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos.

d. Gerenciamento de Risco Operacional

Para apoiar esse processo, o Grupo Scotiabank Brasil dispõe de ferramentas e programas específicos de gerenciamento de risco operacional, cada um com metodologia e procedimentos definidos. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de Risk Management também reporta os principais eventos de risco operacional, bem como os

indicadores chaves de risco em um relatório enviado mensalmente aos principais stakeholders e à Diretorias Executivas do Banco.

e. Gerenciamento de Risco ESG e Climático

Os riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) são gerenciados de forma integrada aos demais tipos de risco do Banco, sendo considerados nos processos de *due diligence*, concessão e aprovação de crédito. Eles representam um dos principais riscos não financeiros da instituição.

A identificação, avaliação, mitigação e implementação de controles são etapas essenciais para a gestão eficaz dos riscos ESG. Esses processos garantem que os responsáveis pelos riscos, de forma periódica, identifiquem e avaliem os riscos mais relevantes, considerando seu potencial impacto, e verifiquem a efetividade dos mitigadores e controles associados, incluindo aqueles executados de maneira centralizada por outras áreas funcionais em nome da Primeira Linha de Defesa.

Estrutura de Apetite ao Risco

A Estrutura de Apetite ao Risco ("*Risk Appetite Framework – RAF*") regula as atividades de risco realizadas pelo Banco, articulando o montante e tipo de risco que o Banco está disposto a se sujeitar para alcançar seus objetivos estratégicos e financeiros. Os principais elementos da RAF incluem a identificação de capacidade de assumir riscos, a RAS (*Risk Appetite Statement*), as métricas de apetite ao risco e a descrição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos na implementação e monitoramento da RAF. A RAS está detalhada em documento específico aprovado pela Diretoria Executiva do Banco, onde constam os tipos e os níveis de riscos os quais o Banco está disposto a assumir, levando em conta a capacidade de gerenciamento dos riscos, os objetivos estratégicos da Instituição e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

Canais de disseminação da cultura de riscos no Banco

A cultura de riscos do Banco é moldada por diversos fatores, como a estrutura de governança de riscos, o apetite de risco, a estratégia organizacional, os valores corporativos e as ferramentas de gestão utilizadas. Uma cultura de riscos forte promove comportamentos alinhados aos valores do Banco, favorece a tomada de decisões responsáveis e permite que os colaboradores identifiquem atividades que ultrapassem o apetite de risco estabelecido. A cultura organizacional, de forma geral, influencia diretamente a forma como riscos são percebidos e geridos, refletindo-se na conduta dos colaboradores.

A alta liderança e a diretoria executiva têm papel fundamental ao definir o "*Tone from the Top*", comunicando claramente os valores, princípios éticos e expectativas de comportamento. Eles também devem incentivar um ambiente em que todos assumam responsabilidade por "fazer a coisa certa". A liderança reforça essa cultura ao dar exemplo no dia a dia e promover as atitudes desejadas, além da comunicação contínua e treinamentos sobre valores, apetite de risco e conduta ética são essenciais para manter uma cultura de riscos sólida e disseminada por toda a organização.

Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

O Banco está empenhado em conduzir seus negócios em conformidade com as leis brasileiras aplicáveis e com as normas emitidas pelos órgãos reguladores, assim como em linha com as melhores práticas de mercado.

O Banco zela pela manutenção e estrita observância de suas diretrizes e procedimentos internos, os quais estão devidamente documentados por meio de regulamentos e manuais (as “Políticas”) desenhados para estarem em conformidade com os requerimentos regulatórios, e que contemplam os procedimentos de controles internos e de gestão de riscos praticados no Banco.

Compete às Áreas de Suporte, em conjunto e/ou individualmente, o suporte, a manutenção e o aprimoramento dos sistemas de controles internos de riscos relacionados diretamente às atividades do Banco, dentro dos limites de suas competências.

As Políticas são elaboradas observando-se as necessidades específicas identificadas pelas áreas envolvidas nos processos de gestão de riscos, as exigências dos órgãos reguladores e, ainda, os eventuais requerimentos recebidos da Matriz.

Identificação e Avaliação dos Riscos

O processo de avaliação e de gestão de riscos do Banco corresponde a um conjunto integrado de processos, utilizando plataformas de sistemas locais e globais, além de ferramentas específicas, que são responsáveis pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e gerenciamento de capital. Esta estrutura visa a assegurar a compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos relacionados com as atividades desenvolvidas, possibilitando, assim, a implementação adequada da estratégia e o cumprimento dos objetivos do Banco. Em particular, os limites de risco são determinados e aprovados pela diretoria local e pelo BNS, e monitorados de forma preventiva.

Os processos de identificação e mensuração dos riscos buscam abranger todos os riscos efetivos e potenciais que possam atingir ou impactar nas atividades do Banco, visando a garantir a consistência dos dados existentes nos processos de conciliação diários e periódicos entre as Áreas de Negócios e as Áreas de Suporte. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária, por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *Value at Risk* (VaR), *Stress Test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade, projeção dos fluxos de caixa em normalidade e em cenários de estresse, entre outros.

As avaliações de risco e planos de ação de cada nova iniciativa são formalizadas no sistema NIRA (*New Initiative Risk Assessment*) e discutidos nas reuniões do Comitê de Novas Iniciativas e, seguindo procedimentos e metodologias pré-estabelecidas e aprovadas.

As Áreas de Suporte também se preocupam em revisar e acompanhar seus processos continuamente, de modo a evitar deficiências, sempre visando a administrar os principais

riscos aos quais o Banco está exposto, sejam estes relacionados ao crédito, mercado, liquidez, não conformidade, operacional, sistemas de informação, estratégia ou reputação.

O Banco atende integralmente às exigências do Banco Central do Brasil (BACEN) no que se refere à implementação da estrutura de risco de mercado, liquidez, operacional e de gerenciamento de capital. Além disso, o Banco, apura desde julho de 2008, os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) para os diversos riscos aos quais está exposto.

Processo de reporte

Outra preocupação é a qualidade das informações referentes a riscos e resultados que são providos à Diretoria, aos órgãos reguladores e ao BNS. A existência de processos de reconciliações periódicas permite verificar eventuais diferenças entre os valores contabilizados no balanço local com as informações e relatórios gerenciais. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria e pelo BNS, e monitorados de forma preventiva. Os principais relatórios de cada domínio de risco são descritos abaixo:

a. Risco de Crédito

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco. Os principais relatórios são:

- Relatório diário de monitoramento de limites de crédito para produtos de tesouraria;
- Relatório mensal de exposição de risco por cliente, elaborado pela área de *Risk Management* e distribuído para a Diretoria;
- Relatório Trimestral de Teste de Estresse Integrado.

b. Risco de Mercado

Em conformidade às políticas globais do Banco e em atendimento às normas vigentes que regem o assunto, as operações são divididas nas Carteiras de Negociação e *Banking*.

O risco da Carteira *Banking* é monitorado através de mapa de descasamento de taxa de juros e testes de estresse. As métricas consideradas pela instituição para mensuração do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira *Banking* são o Delta EVE, os Ganhos e Perdas Embutidos e o Delta NII. Os principais relatórios estão descritos a seguir:

- Relatório Diário de Exposição Cambial;
- Relatório Diário de Sensibilidade à Taxa de Juros (Dv01);
- Relatório Executivo Diário de Riscos e Limites;
- Relatório Trimestral de Teste de Estresse Integrado;
- Relatório Semanal de *Backtesting*;
- Eventuais relatórios sob demanda.

c. Risco de Liquidez

A responsabilidade pelo monitoramento do risco de liquidez do Banco é de *Risk Management*, seguindo os parâmetros e atribuições definidas pelo BNS. Os processos de gerenciamento do risco de liquidez do Banco contemplam as normas vigentes e as políticas locais e globais.

- Relatórios Gerenciais Diários de Risco de Liquidez;
- Relatório Gerencial Mensal de Caixa Mínimo;
- Relatório Trimestral de Teste de Estresse Integrado.

d. Risco Operacional

A base de perdas operacionais, bem como os indicadores chaves e novos eventos de risco operacional são reportados mensalmente através do Relatório de Risco Operacional. Além disso também são reportados os resultados das avaliações referentes a:

- Avaliação Anual dos Controles de Risco (RCSA);
- Avaliação de Novas Iniciativas
- Análise de Cenários

e. Risco ESG e Climático

A seguir, os principais relatórios internos e externos relacionados aos riscos ESG:

- Relatório de monitoramento de Riscos SAC
- Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas – GRSAC

Etapas Programa de Teste de Estresse

As principais etapas Programa de Teste de Estresse serão apresentadas ao longo desse item, de forma a garantir a captura dos principais riscos materiais do Banco e ser compreendido pelos envolvidos no processo.

Risco de Mercado

A Política de Risco de Mercado descreve as principais características dos testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos decorrentes de perdas pelas variações severas em fatores de riscos na carteira de negociação, incluindo sua frequência, as variáveis impactadas e os cenários de estresse utilizados.

Os testes de estresse realizados são:

- Value at Risk (VaR) e Stress Test
- Análise de Risco Estrutural
- IRRBB
- Teste de Estresse abrangente/integrado

Risco de Liquidez

Testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos nos fluxos de caixa líquidos do Banco decorrentes de choques em variáveis relevantes. Adicionalmente, o Plano de Contingência de Liquidez, apresenta os principais alertas, indicadores e ações de contingência em momentos de estresse.

Os testes de estresse realizados são:

- Cenários de Stress de Risco Mercado
- Cenário de Stress de Crédito
- Cenários de Stress de Mercado + Crédito
- Caixa Mínimo
- Estresse reverso – variação da cotação do dólar combinado com regaste dos CDBs
- Teste de Estresse abrangente/integrado

Risco de Crédito

Testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos da eventual piora do risco de crédito dos clientes do Banco nos resultados esperados e na estrutura de capital. O teste de estresse de crédito é realizado no contexto do Teste de Estresse abrangente/integrado.

Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial (“Banco” e “Corretora”), conforme as normas vigentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia Amplo do Conglomerado é de 30,34% (51,65% em dezembro de 2024). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização.

Basileia III	2025	2024
Patrimônio de Referência (PR)	3.029.951	3.223.084
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	9.031.495	4.993.609
Risco de crédito (RWACPAD)	3.853.561	1.997.032
Risco de mercado (RWAMPAD)	3.657.009	1.891.653
Risco operacional (RWAOPAD)	1.520.925	1.104.924
Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	225.787	124.840
PR mantido para cobertura do IRRBB	100.166	130.941
PR mínimo para RWA	722.520	399.489
Margem Patrimônio de Referência - sem ACP e IRRBB	2.307.431	2.823.595
IB - Índice de Basileia Amplo	30,34%	51,65%
Adicional de Conservação de Capital Principal	225.787	124.840
Margem Patrimônio de Referência - Amplo*	1.981.478	2.692.654

* Em 2025, a Margem do Patrimônio de Referência – Amplo passou a contemplar o Adicional de Capital Principal (ACP), em conformidade com a Instrução Normativa BCB nº 651. A nota explicativa referente a dezembro de 2024 considerava apenas o PR mínimo para RWA e o PR mantido para cobertura do IRRBB. A atualização reflete a adequada aplicação dos critérios estabelecidos na norma vigente.

24 Outras Informações

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

DIRETORIA		CONTADOR
Paulo André Campos Bernardo	Jaques Mester	Roberto Shoji Haga
Izabel Eliza de Oliveira Salvucci	Fabio Tirolli de Sousa	CRC 1SP242224/O-6
Rodrigo Almeida Sergio	Fabio Chiamolera Jacob	
Luciana Chi		